



11º ENCONTRO ABCP

Associação Brasileira de Ciência Política

AT Ensino e Pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais

Reconversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras

Luiz Domingos Costa

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)

Adriano Codato

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba

julho 2018

Reconversão, popularização e ambição: três conceitos sobre as elites parlamentares brasileiras

Resumo: A pesquisa acadêmica sobre parlamentares brasileiros conheceu a sua maior expansão no período que se segue à redemocratização do país, especialmente a partir dos anos 1990. O *boom* de publicações sobre os legisladores nacionais não resultou da supremacia de um paradigma dominante (como em estudos legislativos), nem constituiu uma escola de pensamento hegemônica. Trata-se, ao invés, de pesquisas produzidas a partir de três abordagens distintas e concorrentes entre si: a perspectiva da *Ciência Política*, a da *Sociologia Política* e a da *Sociologia da Política*. O paper faz um inventário da maior parte da literatura sobre o recrutamento político no Brasil classificando a produção bibliográfica sob essas abordagens. Sustenta-se que os estudos recenseados são bastante heterogêneos, seja em função dos enfoques teóricos, seja em função das fontes e materiais mobilizados, seja, ainda, em função das estratégias metodológicas adotadas. Isso forma três perspectivas analíticas com nenhum diálogo entre si, o que impede a cumulatividade dos achados e um maior avanço na compreensão do papel dos atributos políticos e sociais dos parlamentares brasileiros para explicar o processo de recrutamento.

palavras-chave: sociologia política; ciência política; sociologia da política; *narrative literature review*; parlamentares brasileiros.

Introdução

A pesquisa acadêmica sobre parlamentares brasileiros conheceu a sua maior expansão no período que se segue à redemocratização do país, especialmente a partir dos anos 1990. Ela tornou-se mais robusta no início do século XXI e não parou de crescer desde então. Essa produção tem sido publicada em algumas coletâneas, em periódicos especializados e também nos anais das principais reuniões científicas da área, com destaque para o Grupo de Trabalho “Elites e instituições políticas” que, com diferentes denominações, esteve ativo nos encontros da ANPOCS de 2007 até 2015.

O *boom* de publicações sobre os legisladores nacionais não resultou da supremacia de um paradigma dominante (como em estudos legislativos), nem constituiu uma escola de pensamento hegemônica. Trata-se, ao invés, de um estoque de conhecimento produzido a partir de três abordagens distintas e, em grande medida, concorrentes entre si: a abordagem da *Ciência Política*, a da *Sociologia Política* e a da *Sociologia da Política*. A identificação e a diferenciação dessas múltiplas modalidades de análise é uma aplicação da nomenclatura proposta por Giovanni Sartori (1969). Segundo essa diferenciação, enquanto a Sociologia da Política enfatiza exclusivamente variáveis sociais na explicação do fenômeno político (trata-se, em suma, de reducionismo sociológico), a Ciência Política prioriza, por sua vez, apenas variáveis institucionais. A Sociologia Política se proporia a ser, ao contrário, uma composição de perspectivas de análise que conjugaria tanto variáveis institucionais como societais.

Na literatura sobre perfil/comportamento de congressistas, a abordagem da Ciência Política está fortemente apoiada nos estudos neo-institucionalistas de escolha racional norte-americanos e prioriza, como categoria explicativa, a *ambição política* dos políticos (Schlesinger 1966; Searing 1994; Black 1972). A Sociologia Política se filia mais aos estudos longitudinais sobre elites parlamentares da Europa ocidental (Best and Cotta 2000; Cotta and Best 2007) e está basicamente preocupada com transformações de longo prazo nas características dos representantes e com os processos de históricos de *profissionalização política*. A Sociologia da Política vem, por seu turno, amparada nas abordagens da sociologia política francesa e se interessa quase que exclusivamente pela influência do meio social e pelas *reconversões de capitais simbólicos* que os agentes sociais fazem para acessar o campo político (Gaxie 1980; Bourdieu 1988, 1981, 2000; Putnam 1976). Essa é uma simplificação de uma literatura em franco desenvolvimento, mas pode funcionar como um ponto de partida para demarcar diferenças muito básicas.

É possível argumentar que essa classificação em três vertentes é excessiva ou artificial, visto que os dois enfoques mais sociológicos (ou não institucionalistas) descendem da mesma preocupação analítica – inserir a dimensão social na explicação sobre a política e os agentes políticos – e que, para fins práticos, seriam, uma só corrente. Isso é válido se formos fazer o balanço da produção nacional em termos dicotômicos: *politicismo versus* *societalismo*, foco nos agentes ou nas carreiras políticas, análises sincrônicas

versus diacrônicas, etc. A divisão da produção sobre os parlamentares brasileiros em função de grandes clivagens analíticas talvez fosse válida para as primeiras rodadas da discussão sobre o tema, quando os trabalhos ainda eram infrequentes e muito diferentes entre si (Pereira and Rennó 2001 *versus*; Rodrigues 2002b, por exemplo). Classificações binárias tendem a ser, em geral, mais ajustadas para isolar e explicar confrontos teórico-metodológicos, mas acabam borrando diferenças menos óbvias e ignorando gradações presentes na literatura especializada. Como este paper procura demonstrar, a contraposição entre “institucionalistas” e “societalistas” é simplificadora, pois a pesquisa sobre o recrutamento parlamentar multiplicou a diversidade de enfoques, seja em termos temáticos e metodológicos, seja pelo emprego de diferentes técnicas de investigação.

A seleção das referências discutidas (e não apenas referidas) neste paper não pretende ser uma apuração completa da literatura. Trata-se de uma escolha que levou em conta textos representativos das três abordagens e que foram editados nos últimos vinte anos em livros ou coletâneas, ou publicados na Coleção SciELO Brasil de artigos científicos.

Se esse procedimento não contempla tudo o que vem sendo produzido nessa área, é porque este ensaio não é nem uma revisão sistemática da bibliografia, nem uma meta-análise, e sim uma “*narrative literature review*”. Sinteticamente, meta-análises comparam estatisticamente resultados de muitos estudos empíricos que testam as mesmas hipóteses ou possuem as mesmas questões de pesquisa a fim de integrar os seus achados (Glass 1976, 3). Já revisões sistemáticas cobrem a maior parte da literatura disponível para produzir panoramas bem abrangentes da produção acadêmica e sínteses didáticas sobre um tópico específico, mas não pretendem, a partir daí, propor novas interpretações sobre o assunto (Baumeister and Leary 1997, 312). Já a revisão narrativa, em que pesem todos os seus problemas – viés de seleção dos autores e artigos, irreplicabilidade das classificações, ausência de medidas objetivas para comparar achados empíricos (Figueiredo et al. 2014, 208) –, é a opção mais adequada para confrontar, de maneira interpretativa, as três perspectivas definidas acima e os seus autores mais frequentes. Como apropriadamente Bern notou,

“Authors of literature reviews mind-numbing lists of citations and literature reviews are at risk for producing mind-numbing lists findings that resemble a phone book – impressive case, lots of numbers, but not much plot. [In contrast] a coherent review emerges only from a coherent conceptual structuring of the topic itself. For most reviews, this requires a guiding theory, a set of competing models, or a point of view about the phenomenon under discussion” (Bern 1995, 173–74 apud; Webster and Watson 2002, xiv) ¹.

Assumindo “um ponto de vista” sartoriano sobre como repensar a literatura sobre o recrutamento político no Brasil, consideramos nesta revisão apenas trabalhos dedicados às *elites parlamentares*, sua origem, perfil, tipos de vínculo pessoais ou sociais, história, trajetória e estratégias para seguir adiante na carreira política. Assim, na primeira seção, enumeramos os principais achados até aqui dessa bibliografia, sintetizamos o modo de enfrentar o tema pelas três perspectivas a fim de justificar nossa divisão em universos separados e

apresentamos um quadro-síntese das três formas de compreensão do recrutamento para destacar diferenças tanto *teóricas*, como *empíricas* e *metodológicas* entre essas “escolas”. A segunda seção do ensaio explica a Sociologia da Política, a terceira, a Sociologia Política e a quarta, a Ciência Política, detalhadamente. Cada seção termina com uma avaliação de potenciais deficiências ou pontos cegos dessas perspectivas. Ao final, na quinta seção, propomos uma síntese mais analítica dessa literatura com base em dois eixos: o recorte temporal das análises (longo, curto) e os seus diferentes princípios heurísticos (preditivo, retrospectivo).

1. Uma visão geral da literatura sobre o recrutamento parlamentar

Até aqui, pesquisas sobre congressistas brasileiros têm girado em torno das seguintes conclusões:

- a. as chances eleitorais e o sucesso posterior na carreira política estão associados fortemente a posições sociais (e simbólicas) e ao gênero dos competidores. Essas posições são comprovadas pela titulação escolar, pelas ocupações profissionais, pelos vínculos familiares, pelas redes de influência recíproca estabelecidas com os estratos mais altos da sociedade e pelo fato do candidato ser homem ou mulher, o que imprime um caráter muito desigual às condições de acesso ao universo político-institucional;
- b. mulheres não apenas têm de superar barreiras de vários tipos para serem eleitas e reeleitas (baixo capital social, fraca ambição política, discriminação na lista dos partidos e na distribuição de recursos financeiros para campanhas, etc.), mas, além de muito poucas nas casas legislativas, pertencem em geral a clãs políticos familiares, sendo o capital herdado desse tipo de conexão social fundamental para seu sucesso na política.
- c. há grande coordenação entre o partido político ao qual um representante é filiado, a orientação ideológica da sua organização e o seu meio social de origem indicado pela sua profissão. Assim, o perfil social das bancadas dos partidos de direita (empresários, *grosso modo*) seria diferente dos de centro (profissionais liberais) que, por sua vez, seria diferente dos de esquerda (baixas camadas médias) entre os eleitos para a Câmara dos Deputados;
- d. a partir de inícios do século XXI tem havido uma “popularização” da classe política nacional. Isso seria verificável pela queda no percentual de deputados federais com perfil mais tradicional e elitista (mais ricos, mais educados e de maior *status* social e, dentre esses, sobretudo os empresários) e um aumento no número de indivíduos de profissões típicas da classe média de escolaridade mais elevada;
- e. a partir de séries históricas mais longas e mais distantes no tempo, é possível detectar a crescente “profissionalização” dos parlamentares brasileiros (em termos de extensão e

- diversificação das carreiras políticas) com a diminuição do recrutamento lateral. Há não só uma clara substituição do notável pelo político de carreira, como ser político profissional é, de longe, a variável mais importante para determinar o sucesso eleitoral de um candidato a deputado federal no Brasil em todas as posições ideológicas (esquerda, centro, direita);
- f. o volume de recursos financeiros para as campanhas políticas afeta de forma decisiva o desempenho eleitoral dos candidatos, determinando suas chances de vitória. Como doações de dinheiro são distribuídas de forma desigual entre diferentes tipos de candidatos, há um perfil social e político que é favorecido. Titulares que concorrem à reeleição (*incumbents*) arrecadam significativamente mais do que desafiantes e aqueles situados em posições altas na hierarquia social arrecadam bem mais do que os situados em posições mais baixas. Isso conduz, de um lado, à profissionalização política e, de outro, à elitização dos parlamentos
 - g. as altas taxas de renovação política nos parlamentos brasileiros, em especial na Câmara dos Deputados, é função do cálculo que mandatários fazem entre permanecer ou não numa instituição com baixo poder político e a busca por uma posição com maior poder de decidir sobre políticas de governo, como os Executivos estaduais e municipais. Daí que o Legislativo nem treine, nem retenha políticos com muita experiência política;
 - h. as trajetórias dos parlamentares antes de chegarem à Câmara dos Deputados denotam experiência política, especialmente quando são considerados todos os muitos cargos inferiores pelos quais passaram. O desejo de reeleição (em torno de 70% do total dos representantes na Câmara dos Deputados) é um sintoma da ambição política voltada para o Poder Legislativo e as rotas de carreira orientadas para prefeituras, ministérios, governadorias de estados ou mesmo o Senado Federal são opções para ampliar uma trajetória política já consolidada.

Como exatamente cada uma das três abordagens – Sociologia da Política, Sociologia Política e Ciência Política – se debruçaram sobre esses tópicos será explicado nas seções 2, 3 e 4. Antes disso, resumimos, para orientar o leitor e marcar diferenças, preferências temáticas e estilos analíticos dessas abordagens. Essas duas características devem poder justificar mais a divisão que fizemos dessa literatura.

Elaboramos um quadro que organiza as principais diferenças entre essas perspectivas analíticas. O Quadro 1 resume os estilos dessas abordagens, destacando “tradições” a partir da origem geográfica das matrizes intelectuais, conceitos chave, dimensões priorizadas nas análises, variáveis explicativas e as técnicas de pesquisa mais frequentes. Agregamos também exemplos dos estudos disponíveis.

Quadro 1. Síntese da literatura sobre elites parlamentares no Brasil

abordagem	tradição	matriz	conceitos	dimensões	variáveis	técnicas	bibliografia resumida
Sociologia da Política	francesa	sociologia política francesa	homologia; reconversão	"capitais" (econômico, político, familiar, social, associativo)	relações familiares; pertencimento a associações civis; titulação escolar; atividades culturais; redes de influência; cargos ocupados na carreira	qualitativas	(Coradini 2010, 2012; Igor Gastal Grill and Reis 2012; Seidl and Grill 2013b; Reis and Grill 2015; Bordignon 2017; Miguel, Marques, and Machado 2015; Miguel and Queiroz 2006; Pinheiro 2007; Messenberg 2013)
Sociologia Política	"europeia" *	estrutural-funcionalismo	popularização; profissionalização	origem social e trajetória política	ocupações prévias à atividade política; tempo de carreira; tipos de cargos; filiação partidária; cor de pele; herança familiar; religião; partido político; ideologia; financiamento eleitoral	quantitativas (estatística: testes de qui-quadrado)	(Rodrigues 2006; Perissinotto and Bolognesi 2010; L. D. Costa and Codato 2013; P. M. Araújo 2011; Bolognesi, Perissinotto, and Codato 2016; Marengo dos Santos and Serna 2007; Speck and Mancuso 2014; C. Araújo 2009)
Ciência Política	estadunidense	neo-institucionalismo de escolha racional	ambiçã política; institucionalização do Legislativo	tipos de ambição política; desempenho eleitoral; relação com o Executivo; performance legislativa; relação com partidos	escolhas de carreira; sucesso eleitoral; comportamento parlamentar; posições dentro do Legislativo; filiação partidária; <i>pork barrel</i> ; gastos de campanha; federalismo	quantitativas (estatística: regressão logística)	(Leoni, Pereira, and Rennó 2003; Pereira and Rennó 2007, 2013; Santos, Araujo, and Paula 2016; Santos and Pegurier 2011; Speck and Marciano 2015; Borchert 2009)

* "europeia" significa a produção da Europa do norte e da Inglaterra, Alemanha, Itália, Portugal e Espanha.

Fonte: Elaboração dos autores

Na sequência, aprofundamos a apresentação e a discussão dessas perspectivas analíticas.

2. A Sociologia dos agentes do campo político (Sociologia *da* Política)

Teoricamente, a primeira abordagem enfatiza a relação entre as desigualdades na sociedade e o seu reflexo nas condições de acesso ou permanência no campo político. A questão que perpassa a maior parte desses trabalhos não é exatamente como se dá a transição da elite social para a elite política, mas como a elite política traduz, em boa medida, a própria elite social graças à posse, por essa última, dos recursos (“capitais”) mais valorizados, e a sua notável capacidade de reconversão desses mesmos recursos em trunfos estratégicos para o controle tanto das oportunidades políticas como das posições de representação.

Conforme a abordagem sociológica, o que sucede no campo político é que, por mais que se constate a vigência de regras próprias desse universo, ele obedece a uma lógica que é predominantemente social (uma “*sócio-lógica*”). Assim, existiria uma relação muito estrita entre oposições políticas (entre ideologias partidárias, por exemplo) e hierarquias sociais, a ponto de se poder realmente tomar “as primeiras como expressão simbólica das segundas” (Gaxie 1980, 32). Nesse sentido, quanto mais poder, prestígio e influência uma posição política tiver, mais elitizado será o perfil do eleito². Logo, haveria uma *homologia estrutural* entre o mundo político e o mundo social. A fonte dessa homologia seria o monopólio, por parte de alguns poucos, de certos bens simbólicos, como o capital cultural (acesso a educação superior e posse de títulos escolares) e econômicos, como condições materiais e tempo livre para fazer da política uma profissão (Bourdieu 1981). Por isso, estudos de “elites” (sempre com aspas para demarcar a distância e a diferença em relação ao elitismo clássico de Mosca e Pareto) deveriam focar nas precondições sociais da competição pelo poder e no grau de exclusão dos grupos sociais do universo das classes dirigentes.

Os sociólogos da política rejeitam tomar as “elites políticas” como um dado, vistas muitas vezes por meio de uma análise formalista ou objetivista. Partem da preocupação com os processos, os mecanismos e as relações que levam à constituição desse grupo. Sem esse esforço de compreensão da constituição de uma elite, as classes dirigentes não passariam de um objeto reificado ou “essencializado”, apartado da sua construção social (Igor Gastal Grill 2006).

A preocupação fundamental desse time é liderar uma análise que leve em conta a multidimensionalidade do processo de fabricação de elites, pois “os recursos sociais [...] são, ao mesmo tempo, indicadores de recrutamento e seleção de ‘elites’ e princípios de legitimação” social (Bordignon 2017, 352). Este enfoque adquire, assim, um espírito mais holístico, pois os autores irão evocar, sem hierarquizar, um conjunto muito heterogêneo de variáveis: dados referentes à ocupação e à escolarização dos agentes, características dos seus ascendentes, geração, gênero, origem geográfica. E também recursos de liderança

acionados em transações com seguidores, aliados e clientelas variadas que permitem detectar vínculos horizontais e verticais, densidades de laços interpessoais, configurações de redes, círculos de conhecimento mútuo além dos mecanismos sociais dessas conexões (reciprocidade, relações de amizade, parentesco ou etnia, proximidade de classe social) (Seidl and Grill 2013a, 8–9)³.

Avanços importantes foram obtidos pela Sociologia da Política. Ao cotejar entre si elites parlamentares de diferentes estados da federação e, portanto, situadas em ambientes sociais (e não apenas políticos) também diferentes, ela contribuiu para dimensionar o efeito da história regional e do microcosmo social local sobre os padrões de composição dos representantes, enfatizando como a reprodução e a diversificação de elites podem resultar de modos arbitrários e particulares, contra uma lógica generalista (Igora Gastal Grill 2008). O empenho para especificar filtros sociais e simbólicos que operam quando da seleção para diferentes cargos, hierarquicamente desiguais, ilustrou empiricamente como o elitismo social aumenta à medida que a posição almejada é mais elevada na hierarquia de postos políticos, imprimindo uma espécie de estrangulamento social dos processos de entrada de indivíduos com credenciais sociais bem mais modestas do que seus competidores (Coradini 2012). Ao aproximar a lente para opor diferentes de elites parlamentares (vereadores, deputados estaduais e federais), essa perspectiva tornou possível apreender padrões também díspares de militância e carreirismo: quanto mais alto o cargo, maior a cumulatividade de recursos políticos prévios, como cargos de nomeação, associativismo e posições eletivas (Seidl 2013).

Grill (2008), por exemplo, elabora três itinerários que estão, por sua vez, relacionados com três diferentes tipos de “patrimônios políticos” no Rio Grande do Sul: o patrimônio “tradicional”, o patrimônio dos “empreendedores” e o patrimônio “militante”. O tradicional remonta ao século XIX e constitui a elite da região sul do estado, ocupada por portugueses e açorianos com atividades econômicas na estância, no Exército ou no comércio urbano, cujos herdeiros estudaram na maior universidade pública do estado (e nos seus cursos mais tradicionais), ingressando tardiamente na política, em cargos de maior projeção, pulando algumas etapas prévias. O patrimônio empreendedor, por sua vez, remonta ao início do século XX e foi fruto da ocupação da parte mais ao norte do estado, por imigrantes alemães, italianos, sírios com atividade de comércio em zonas de colônias, o que permitiu sua ascensão econômica. Seus filhos estudaram em instituições privadas como a PUC ou outras no interior do estado e ingressaram mais precocemente na vida política, investindo em cargos locais e seguindo um *cursus honorum* até os mais altos cargos, conformando um padrão mais usual de profissionalização política. O terceiro tipo de patrimônio político é o militante, característico de uma geração mais nova de imigrantes ou de brasileiros, normalmente filhos de agricultores que se engajaram politicamente via sindicalismo ou cooperativismo, movimento estudantil ou movimento católico de base, onde “a ascensão política precede a ascensão social” (Igora Gastal Grill 2008, 142). A titulação acadêmica formal tende a ocorrer em instituições universitárias mais periféricas, em cursos de

humanidades diversos, culminando em carreiras políticas mais extensas e hierarquizadas, padrão próximo do segundo tipo.

Trabalhos idiográficos como esse, que procuram desagregar trajetórias e desenhar distintos perfis sociais de elites políticas, suas modalidades de se relacionar com o passado para mobilizar redes e apoios no presente parecem promissores. Essas contribuições, muito originais e fora do *mainstream* da agenda de pesquisas sobre as elites parlamentares do Brasil, possuem, contudo, algumas limitações ou dificuldades.

A multiplicidade de fatores que operam para facilitar o acesso aos postos políticos deveriam ser mais bem comparados entre si e confrontados em termos de sua eficácia ou hierarquia de importância. Em alguns estudos, as variáveis (os diversos “capitais”) parecem confluir harmoniosa e indistintamente e combinar-se de maneira praticamente irresistível. A narrativa explicativa e os casos-demonstração escolhidos reforçam essa percepção e todas as análises empíricas ilustram quase que perfeitamente a teoria de origem a tal ponto que existe pouco ou nenhum desacordo no interior desse enfoque. Além disso, as intersecções entre o espaço social e o espaço político são tão estreitas e poderosas que vantagens sociais e trunfos políticos são praticamente intercambiáveis. Assim, a ideia da “homologia” parece perder em rendimento explicativo quando não se define exatamente a extensão de redes de apoio e a função das conexões que alavancaram a elite social aos postos de comando político. Se a preocupação é, de fato, expor quais são as fontes de poder dos poderosos, tanto essas quanto os mecanismos mesmos de “reconversão” precisam estar claramente explicados, sob o risco dessa abordagem perder potência analítica, tamanha a fluidez das conexões entre os capitais e a generalidade dos achados.

3. Marcadores sociais no estudo empírico da política (Sociologia Política)

De acordo com a clássica formulação de Weber (1994), a substituição do notável pelo político profissional é simultânea à diminuição da importância do *status* social (prestígio, posses) e do aumento do *status* político do indivíduo (carreira, postos, vocação específica) como vetores para a formação da elite eleita numa dada sociedade. A partir dessa observação de Weber, o problema teórico fundamental para a Sociologia Política pode ser assim formulado: como pensar a relação entre a dimensão social (atributos sócio-profissionais) e a dimensão política (atributos da carreira) para explicar, de maneira contextual, i.e., sensível às mudanças de tempo e lugar, as transformações do recrutamento e da própria classe política? *Empiricamente*, essa pergunta tem sido traduzida ou reduzida à seguinte questão: como utilizar de maneira cientificamente produtiva a variável “profissão de origem” em estudos de elites políticas? Profissão ou mais tecnicamente, ocupação fornecem um indicador de dois requisitos básicos do carreirismo: possibilidade de dedicação integral e independência financeira.

Quando se tomam análises concentradas mais nos agentes do que no sistema político, as principais alternativas que têm organizado o campo de discussões sobre o tema no Brasil giram em torno de três perguntas: *i*) está em curso uma *popularização* ou uma *profissionalização* da classe política brasileira?; *ii*) perfil social atual da classe política brasileira estaria de acordo com a “tese da convergência”, isto é, a maioria dos representantes convergindo para um *perfil padrão* tal como nos parlamentos da Europa ocidental (homens, brancos, de classe média, de meia idade, etc.) ou não?; e *iii*) qual seria o peso real e a utilidade analítica de determinados recursos sociais e marcações de gênero para impulsionar a carreira política no Brasil?

Sobre esse último ponto, nos últimos dez anos, aproximadamente, pesquisas foram conduzidas testando muitas variáveis: *patrimônio pessoal* de candidatos (Felisbino 2009; Speck and Sacchet 2010; Rodrigues 2014), *cor de pele* (Campos 2017; Codato, Lobato, and Castro 2017), *estudos universitários* (Unzué 2012; Neiva and Izumi 2012; Llanos and Sánchez 2006), *ocupação de origem* de senadores e deputados (P. R. N. Costa, Costa, and Nunes 2014; Lorencetti 2016 respectivamente), *associativismo* (Almeida, Lüchmann, and Ribeiro 2012), *religião* (Lacerda 2017; Cassotta 2016; Prandi and Santos 2017; Lopes and Maia 2006) e *sexo* (C. M. de O. Araújo and Borges 2013). De certa maneira, a investigação desses determinantes sociais tem contribuído para responder a segunda questão, sobre a convergência dos parlamentares em torno de um perfil médio. A polêmica mais produtiva é sobre popularização *versus* profissionalização.

Os livros de Rodrigues (2002a, 2006, 2014) sobre a composição social dos deputados federais brasileiros despertaram o interesse de uma série de pesquisadores e permitiram um reavivamento da discussão em torno das variáveis tipicamente societárias que operam no processo de recrutamento das elites políticas. Os *insights* fornecidos por esses trabalhos, os desdobramentos teóricos deles decorrentes e também as críticas a eles formuladas fizeram dessas pesquisas empíricas ponto de referência obrigatório sobre a transformação e a recomposição e dos parlamentares brasileiros.

Rodrigues constata um fato novo na política nacional com a ascensão do PT ao governo federal em 2003: a “popularização” da classe política brasileira. Ela pode ser descrita resumidamente assim: a partir das eleições de 2002, há uma “redução do espaço político dos parlamentares recrutados das classes altas e, por consequência, um aumento da parcela dos deputados federais vindos das classes médias assalariadas e também, mas em menor medida, das classes populares” (Rodrigues 2006, p.14). Pesquisas posteriores mostrariam o ajuste dessa descoberta. Em *Pobres e ricos na luta pelo poder* (2014), o autor faz uma análise minuciosa do patrimônio dos deputados federais eleitos em 2010 e reafirma a tese da “popularização” da elite. Para ele, a Câmara dos Deputados seria dominada pela “classe C”. Segundo os seus cálculos, 60% dos deputados pertenceriam à classe “média-média” e à classe “média baixa” (Rodrigues 2014, 55 Tabela III-III). Ele destaca o papel que sindicatos e associações de classe (bancários, professores, funcionários públicos, metalúrgicos, trabalhadores rurais), de onde vêm uma parte desses novos políticos, desempenharam para o

processo de renovação parlamentar. Eles seriam o trunfo dos mais pobres no Parlamento (2014, 145 Tabela VIII-I).

Passados dezesseis anos da publicação de *Partidos, ideologia e composição social* (2002b) e doze anos da publicação de *Mudanças na classe política brasileira* (2006), já se acumulou uma boa quantidade de pesquisas que debatem seus achados. Vamos apontar aqui o debate seguindo a ordem cronológica de aparecimento dos textos.

Braga, Veiga e Miríade (2009) são umas das primeiras a mobilizar dados do TSE para analisar o recrutamento partidário e discutir as teses de Rodrigues⁴. Embora esse banco de dados oficiais, baseado em autodeclaração, tenda a inflacionar o número de parlamentares identificados como “políticos”, algumas comparações importantes sobressaem do exercício delas. Em primeiro lugar, a confirmação de que os empresários se concentram entre os eleitos de direita e que o PT abriga maior proporção de trabalhadores manuais. Em segundo lugar, que parlamentares eleitos pelo PT dispõem de patrimônio inferior aos políticos dos demais partidos, reforçando a ideia de que seria esse o partido responsável por introduzir quadros menos elitistas na Câmara e contribuindo, portanto, para a sua “popularização”. Entretanto, o maior achado do artigo é o de que, na comparação das listas dos candidatos e dos eleitos, o fenômeno mais importante é o da profissionalização: os eleitos apresentam perfil mais homogêneo ou uniforme entre os partidos comparativamente aos candidatos. Desse modo, por mais que as autoras não extrapolem o argumento, parece correto dizer que o processo eleitoral opera no sentido contrário ao dos contrastes partidários e a da popularização.

Perissinotto e Bolognesi (2010), por sua vez, avançam ao afirmarem que, para as eleições de 1998, 2002 e 2006 que “a profissionalização política é a variável que mais aumenta as chances de sucesso eleitoral em todas as posições ideológicas e em todas as eleições aqui analisadas. Sugerimos que essa semelhança pode ser a expressão de um processo de institucionalização do recrutamento para a Câmara dos Deputados, processo este que atinge indistintamente partidos de todas as posições ideológicas” (Perissinotto and Bolognesi 2010, 27). Entretanto, os dois trabalhos não chegam a se opor explicitamente aos resultados de Rodrigues. Possivelmente, por duas razões: primeiro, porque é grande a defasagem entre as fontes dos dados do TSE e das biografias dos parlamentares eleitos produzidas pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. E segundo, porque empenhados em medir o impacto das origens profissionais sobre o sucesso eleitoral, parece muito difícil que ocupações populares tenham realmente peso positivo⁵.

O debate direto ficou para trabalhos que mobilizaram as mesmas fontes de Rodrigues e se concentraram no universo dos eleitos. Costa e Codato (2013), por exemplo, apontaram que a composição do Senado entre 1986 e 2010 reafirma a tese da correspondência entre estratos sociais e famílias ideológicas, mas refuta a tese da popularização. Os dados indicaram que o perfil ocupacional das bancadas partidárias é

semelhante ao encontrado por Rodrigues (2002a), ou seja, há forte correspondência entre partidos, ideologia e ocupações (professores e profissões urbanas típicas de camadas médias na esquerda, empresários na direita). Profissionais liberais, quase como regra, se distribuem de modo equilibrado entre as três famílias ideológicas. No Senado brasileiro, entretanto, os empresários têm presença muito destacada também nos partidos de centro, fato também apontado por Costa, Costa e Nunes (2014). Finalmente, como a esquerda não alcançou, no Senado, o mesmo crescimento obtido na Câmara, a tese da popularização permanece em suspenso. Mas aqui se verifica a presença de indivíduos com carreiras políticas sedimentadas e escassez de *outsiders*.

Dois outros estudos se debruçaram sobre a Câmara dos Deputados para testar a tese da popularização. Os dados de Mucinhato (2014) corroboram a hipótese da democratização social do legislativo federal. Eles demonstram a queda do número de parlamentares egressos do agronegócio, bem como a duplicação daqueles saídos de ocupações manuais. Utilizando um indicador chamado de “Número Efetivo de Profissões”, conclui que, enquanto a eleição de 1986 contou com 3,7 ocupações relevantes, nas eleições de 2010 esse número saltou para sete. Na mesma linha, Simioni Júnior, Dardaqui e Mingardi (2016), utilizando como fonte o Centro de Documentação e Informação, trazem para a discussão um conjunto de dados sociográficos sobre os deputados eleitos entre 1994 e 2006. Os autores apostam na estratégia de comparar as características sociais do “baixo clero” e do “alto clero”. Eles concluem que, na realidade, o que está em curso é um processo de *diversificação* do perfil dos dois subgrupos evidenciado pela queda do total de advogados e pelo aumento de profissões superiores não tradicionais. Esses achados convergem com outros trabalhos que indicam tendência de maior dinamismo no recrutamento para o Senado, que passou a contar com maior presença de formados em economia, humanidades e saúde ao mesmo tempo em que se viu a queda dos diplomados em Direito (Neiva and Izumi 2012; Codato et al. 2016).

Bolognesi, Costa e Codato (2016) procuraram isolar o peso da força organizacional dos partidos sobre a eleição de trabalhadores para a Câmara e concluíram que as mudanças sistêmicas no quadro partidário, aliadas à maior burocratização do Partido dos Trabalhadores têm se transformado nos maiores obstáculos para a inclusão dos estratos mais baixos na Casa. O achado desafia a tese da popularização, pois indica que a volatilidade das bancadas partidárias não explica, sozinha, as grandes transformações na composição do Parlamento, como sustentou Rodrigues. É preciso atentar para as mudanças organizacionais e sistêmicas que impactam sobre a morfologia social dos representantes.

A maior parte dos estudos de Sociologia Política têm algumas limitações em comum. Em primeiro plano, a tentação em tomar a descrição estatística dos dados pela explicação da influência real de tal ou qual variável no recrutamento político. Isto se dá, entre outras razões, por conta da pouca sofisticação teórica e metodológica ao lidar com as variáveis mobilizadas (raça, sexo, idade de entrada na carreira, etc.) e a ausência de tese de hipóteses. Classificações muito convencionais do universo de indivíduos – por exemplo, sobre o *background* social dos parlamentares – perdem capacidade analítica e explicativa quando redundam em

apanhados descritivos que repetem os percentuais de advogados ou diplomados no Parlamento *vis-à-vis* ao restante da população, ou mesmo as mudanças desses valores ao longo do tempo, no melhor estilo de um “retrato coletivo”. Em segundo plano, mas até mais importante, estudos que tentam integrar na explicação quatro ou cinco variáveis sociais e/ou combiná-las com variáveis institucionais (tipos de partidos, sistemas partidários, regras eleitorais) são exceção.

4. O padrão das carreiras políticas da elite legislativa (Ciência Política)

A teoria escolha racional deu um impulso importante para o estudo das carreiras dos legisladores ao pautar conceitos que se tornaram referências básicas e dirigiram pesquisas de mais de uma geração de especialistas sob influência da Ciência Política norte-americana. Schlesinger (1966) sugeriu que a ambição individual seria o motor básico a motivar os políticos, amparados por determinada estrutura de oportunidades. Polsby (1968) demonstrou como um sistema político é capaz de determinar suas próprias regras de seleção e recondução dos seus operadores quando mantidas estáveis suas balizas de competição e organização. Por sua vez, Mayhew (1974) estabeleceu a importância da conexão com os eleitores para explicar o sucesso da carreira dos parlamentares nacionais e, conseqüentemente, a profissionalização do Legislativo.

A escola daí resultante permitiu a replicação dessas análises em larga escala, incluindo o Brasil. Diversos pesquisadores brasileiros exploraram a relação entre padrões de trajetória da elite parlamentar para medir a *performance* legislativa, a força de atração ou repulsão de certas arenas políticas, as estratégias de carreirismo político e os desafios para sobreviver politicamente num ambiente de elevada competição eleitoral⁶.

Diagnósticos sobre o padrão das carreiras políticas da elite legislativa são conflitantes e têm mudado consecutivamente nos últimos vinte anos. Grosso modo, há aqui dois grupos.

Estudos precursores sobre recrutamento afirmavam que os deputados brasileiros eram, no pós-1988, ao contrário do padrão do pré-1964, políticos sem carreiras estruturadas. Assim, o recrutamento político não seguiria nem um padrão muito rígido, com etapas pré-determinadas, nem muito fechado no mundo político, mas seria franqueado a indivíduos que conseguissem mobilizar diferentes recursos, inclusive extra-políticos, para ter sucesso na política institucional (Marengo dos Santos 2000, 1997, 2005). Outro aspecto que contribuiria para uma carreira pouco linear através da hierarquia tradicional dos cargos de representação, seria a baixa capacidade dos Legislativos de reter ou de atrair profissionais experimentados (Santos 2000; Samuels 2003). No período 1946-1964, havia alta competitividade eleitoral e o Congresso Nacional possuía força política para aprovar sua agenda. Já no período que se segue à proclamação da Constituição de 1988, temos alta competitividade eleitoral, mas baixa capacidade decisória do Legislativo. Assim, se experiência política era um tipo de recurso significativo no período 1946-1964, não o é no regime pós-ditatorial (ou não o é tanto

quanto fora). Além disso, é preciso considerar uma instituição fundamental no jogo político nacional: o federalismo. Esse arranjo institucional seria responsável por uma estrutura de oportunidades que não incentivaria os políticos a buscar uma carreira no Legislativo, vendo o Congresso Nacional como um trampolim para cargos que monopolizam mais recursos financeiros e políticos (governadorias estaduais ou prefeituras de grandes cidades).

O segundo grupo é representado pelos trabalhos de Pereira e Rennó (Pereira and Rennó 2001; Leoni, Pereira, and Rennó 2003; Pereira and Rennó 2007, 2013). Ao invés de analisar a carreira prévia dos legisladores, priorizam uma análise sincrônica das chances de reeleição dos deputados federais com base em variáveis institucionais e modelos econométricos. Os critérios testados para prever isso seriam a atuação parlamentar – mais paroquial ou mais nacional –, o tipo de votação e a posição de liderança na Casa. A ação junto às bases locais é a variável que oferece melhores retornos eleitorais (idem 2001; idem 2003).

O dilema fundamental, segundo esses autores, enfrentado pelos deputados federais brasileiros seria o seguinte: “*devo ficar na atual casa legislativa ou devo tentar outro cargo na próxima eleição?*”. Há desinteresse pelo Legislativo nacional ou se busca reeleição? Trata-se de questão importante, porque a literatura norte-americana insiste que as altas taxas de retorno ao Congresso são produto da força institucional e do poder decisório dessa instituição. Segundo Pereira e Rennó (2013), essa teoria não se sustenta fora dos Estados Unidos e eles pretendem refutá-la a partir do caso brasileiro: o modelo que associa busca sistemática por reeleição e institucionalização legislativa está baseado apenas no caso dos Estados Unidos e, portanto, merece ser revisto para outras experiências. Retomando a análise da relação entre benefícios concentrados da atuação parlamentar (*pork barrel*) e os seus efeitos sobre a manutenção da carreira no interior da Câmara dos Deputados, eles enfim se inclinam para participar do debate sobre os efeitos do carreirismo parlamentar sobre a força – ou, conforme suas palavras, profissionalização ou institucionalização – do Poder Legislativo.

É digno de observação que, embora quase todos os trabalhos mencionem o papel do multipartidarismo ou da fraqueza dos partidos brasileiros (Santos 2000; Samuels 2003; Pereira and Rennó 2001), praticamente nenhum deles realmente analisa o papel institucional do sistema partidário, o perfil ideológico dos partidos ou dos processos internos de seleção de candidatos pelas organizações partidárias sobre o recrutamento político⁷.

É possível mencionar ao menos três dificuldades importantes dessa abordagem para a compreensão da elite parlamentar brasileira. A primeira é a pressa em replicar a associação de Mayhew entre carreirismo dos legisladores e fortalecimento do poder Legislativo, um achado não corroborado no Brasil e sequer em outros países com o desenho institucional diferente do norte-americano (Pereira and Rennó 2013). A segunda é subestimar o sistema partidário e sua importância, desvinculando padrões de carreira com competição interpartidária e mesmo com o padrão de funcionamento das organizações radicalmente distintas, como o

caso de sistemas eleitorais centrados no partido (Jones et al. 2002). Graças ao uso formalista da ideia de “ambição política”, desencarnada do contexto social e político, ou mobilizada como uma premissa universal, negligencia-se o alerta de Schlesinger (1966) de que condições pessoais (de classe, de idade, etc.) determina a sua ambição. Esta é a terceira dificuldade mais evidente.

5. Estado da arte: sintetizando o debate bibliográfico

Para sumarizar as abordagens sobre a conexão entre elites parlamentares, carreiras políticas e instituições legislativas, propomos uma subdivisão da literatura de acordo com a orientação heurística desses trabalhos e o recorte temporal das pesquisas. Esses dois critérios permitem destacar melhor essas diferenças internas à literatura.

Figura 1. Síntese do debate sobre elites parlamentares no Brasil: agendas de investigação

		orientação heurística	
		preditiva	retrospectiva
recorte temporal	curto	determinar as chances de reeleição de deputados federais	investigar os determinantes sócio-políticos de profissionalização da classe política brasileira
	longo	determinar a influência das mudanças institucionais sobre a ambição política	analisar perfis e tipos de carreira da elite política em mais de um regime constitucional

Fonte: Elaboração dos autores

O artigo de Neiva e Izumi (2014), até aqui o trabalho de maior abrangência temporal disponível, o estudo pioneiro de Marengo dos Santos (2000), a pesquisa inicial de Fabiano Santos (2000), bem como a tese de Oliveira (2009) e o artigo de Santos e Pegurier (2011), todos esses que compararam o regime da Constituição de 1946 com o da Carta de 1988, se situam no quadrante inferior direito (*orientação retrospectiva/recorte temporal de longo prazo*). Pereira e Rennó (2001; Leoni, Pereira, and Rennó 2003; 2007, 2013), por sua vez, estão no quadrante superior esquerdo (*orientação preditiva/recorte temporal de curto prazo*). Os trabalhos de Rodrigues (2002b, 2006, 2014) e de Perissinotto, Costa, Codato e Bolognesi, que analisam apenas uma ou algumas poucas eleições, estão no quadrante superior direito (*orientação retrospectiva/recorte temporal de curto prazo*). Ainda não contamos com pesquisas que ficariam situadas no quadrante inferior esquerdo (*orientação preditiva/recorte temporal de longo prazo*), algo próximo ao que fez Polsby (1968), para a Casa dos Representantes dos Estados Unidos.

Conclusões

Este paper procurou mapear a produção bibliográfica sobre o recrutamento político-parlamentar no Brasil a partir de três *perspectivas analíticas*: a da Ciência Política, a da Sociologia Política e a da Sociologia da Política. Assumir uma ou outra dessas perspectivas implica em comprar determinadas *escolhas analíticas*, que vão desde a filiação, mais ou menos explícita e mais ou menos consciente, a matrizes intelectuais diferentes, até a adoção de um desenho de pesquisa ou de conceitos também diferentes. Reconversão, popularização, profissionalização e ambição são, como se viu, os conceitos que podem sintetizar as três abordagens sobre as elites parlamentares brasileiras. Identificamos, para a segunda e a terceira perspectiva, quais são as *controvérsias analíticas* que instituem o debate nessa literatura. Pensamos que as questões de pesquisa que dividem esse campo de estudos estão muito mais claras para os autores (e para alguns observadores) do que a filiação às escolas teóricas que definem suas respectivas perspectivas analíticas. Isso não impediu que definíssemos de maneira objetiva as fronteiras entre elas.

Arriscando fazer uma caricatura do parlamentar que emerge desenhado de cada uma dessas perspectivas analíticas, pode-se apostar em três imagens distintas desse agente político. A primeira abordagem forja uma espécie de notável remendado por uma profissionalização política precária e que não se despiu de seus atributos elitistas ou classistas. Seria uma espécie intermediária entre o notável weberiano e o profissional micheliano, que acumulou capital social suficiente para ascender, vitorioso, ao campo político. Não seria nem exclusivamente um político profissional e nem exclusivamente o notável, mas carrega em si ambos atributos, como um anfíbio que vive bem nos dois espaços sociais. A segunda perspectiva analítica, a da Sociologia Política, procura destacar a composição social mais estratificada dessa classe política, com indivíduos de origem tradicional e elitista e outros oriundos de espaços sociais emergentes. Daí o padrão mais aberto e heterogêneo de montagem das carreiras políticas. A terceira abordagem, a da Ciência Política, associa o político à imagem de um sobrevivente, que luta como pode e se utiliza dos recursos institucionais disponíveis para manter a sua carreira, mesmo às custas de saídas do legislativo. A dinâmica da competição política de alta incerteza é a razão pela qual sua trajetória tende a escapar dos padrões das democracias mais antigas, seja a dos EUA, seja a dos países europeus, sendo mais errática e indefinida.

Uma vez assumidas as diferenças, há ao menos dois desafios postos para essa agenda de pesquisas: em primeiro lugar, aumentar a interlocução entre os pesquisadores, a replicação e a cumulatividade dos resultados dos seus trabalhos; em segundo lugar, compreender as condições sócio-históricas em que se dá a *profissionalização política* no Brasil, atentando para as sucessivas mudanças nos padrões de carreira de deputados e senadores. Eliassen e Pedersen (1978) insistem que tanto o recrutamento político quanto a profissionalização do trabalho legislativo são processos históricos, que variam geograficamente (em cada país e mesmo dentro de um dado país). Por isso eles devem ser estudados em distintos níveis – carreiras individuais, perfis coletivos e no nível do poder Legislativo como um todo –, levando em conta as

transformações dos sistemas partidários (ou as “instituições”) e os processos de mobilização política da sociedade. Daí que uma aproximação entre a Sociologia Política e a Ciência Política poderia ser cientificamente útil para ambas.

Referências

- Almeida, Carla, Lígia Ligia Lüchmann, and Ednaldo Ribeiro. 2012. “Associativismo E Representação Política Feminina No Brasil.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 8(August). Brasília: 237–63.
<https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200009>.
- Araújo, Clara. 2009. “Gênero E Acesso Ao Poder Legislativo No Brasil: As Cotas Entre as Instituições E a Cultura.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 2. Brasília: 23–59. <http://www.rbc.unb.br/artigos/rbc-n2-19.pdf>.
- Araújo, Clara Maria de Oliveira, and Doriam Borges. 2013. “Trajetórias Políticas E Chances Eleitorais: Analisando O ‘gênero’ das Candidaturas Em 2010.” *Revista de Sociologia E Política* 21 (46). Curitiba: 69–91.
<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200005>.
- Araújo, Paulo Magalhães. 2011. “Recrutamento Parlamentar Para O Senado E O Perfil Dos Senadores Brasileiros, 1989-2006.” *Política Hoje* 20 (2): 550–80.
<http://www.ufpe.br/politica/hoje/index.php/politica/article/viewArticle/135>.
- Baumeister, Roy F., and Mark R. Leary. 1997. “Writing Narrative Literature Reviews.” *Review of General Psychology* 1 (3): 311–20. <https://doi.org/10.1037/1089-2680.1.3.311>.
- Bern, Daryl J. 1995. “Writing a Review Article for Psychological Bulletin.” *Psychological Bulletin* 118 (2): 172–77.
- Best, Heinrich, and Maurizio Cotta, eds. 2000. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*. New York: Oxford University Press.
- Black, Gordon S. 1972. “A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives.” *The American Political Science Review* 66 (1): 144–59.
<http://www.jstor.org/stable/10.2307/1959283>.
- Bolognesi, Bruno, and Luiz Domingos Costa. 2015. “Fronteiras Sociais Fortes E Padrões Organizacionais Fracos? Seleção de Candidatos E Composição Social Nos Principais Partidos Políticos Brasileiros Em 2010.” *Conexão Política* 4 (1). Teresina: 43–63.
- Bolognesi, Bruno, Luiz Domingos Costa, and Adriano Codato. 2016. “A Revolução Silenciosa No Partido Dos Trabalhadores No Brasil.” In *10o. Encontro Da ABCP*, 1–27. Belo Horizonte, MG, Brasil: Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP.

- Bolognesi, Bruno, Renato Monseff Perissinotto, and Adriano Codato. 2016. “Reclutamiento Político En Brasil. Mujeres, Negros Y Partidos En Las Elecciones Federales de 2014.” *Revista Mexicana de Ciencias Políticas Y Sociales* 61 (226). México: 183–212. [https://doi.org/10.1016/S0185-1918\(16\)30010-1](https://doi.org/10.1016/S0185-1918(16)30010-1).
- Borchert, Jens. 2009. “Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States.” In *APSA 2009 Toronto Meeting Paper*, 1–21. Toronto, Canada: American Political Science Association.
- Bordignon, Rodrigo da Rosa. 2017. “Recrutamento E Modalidades de Entrada Na Carreira Política: Candidatos Aos Cargos Legislativos No Rio Grande Do Sul (1998–2006).” *Política & Sociedade* 16 (35): 351–79. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2017v16n35p351>.
- Bourdieu, Pierre. 1981. “La Représentation Politique. Éléments Pour Une Théorie Du Champ Politique.” *Actes de La Recherche En Sciences Sociales*, no. 36–37: 3–24. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1981_num_36_1_2105.
- . 1988. “Penser La Politique.” *Actes de La Recherche En Sciences Sociales* 71–72: 2–4. http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/arss_0335-5322_1988_num_71_1_2403.
- . 2000. “Conference: Le Champ Politique.” In *Propos Sur Le Champ Politique*, 49–80. Lyon: Presses Universitaires de Lyon.
- Braga, Maria do Socorro Sousa, Luciana Fernandes Veiga, and Angel Miríade. 2009. “Recrutamento E Perfil Dos Candidatos E Dos Eleitos À Câmara Dos Deputados Nas Eleições de 2006.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 24 (70). São Paulo: 123–42. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200008>.
- Campos, Luiz Augusto. 2017. “O Que Afasta Pretos E Pardos Da Representação Política? Uma Análise a Partir Das Eleições Legislativas de 2014.” *Revista de Sociologia E Política* 25 (62): 125–42. <https://doi.org/10.1590/1678-987317256107>.
- Cassotta, Priscilla Leine. 2016. “Uma Análise Do Comportamento Dos Deputados Evangélicos No Legislativo Brasileiro.” *E-Legis* 9 (20): 75–101.
- Codato, Adriano, Luiz Domingos Costa, Lucas Massimo, and Flavio Heinz. 2016. “Regime Político E Recrutamento Parlamentar: Um Retrato Coletivo Dos Senadores Brasileiros Antes E Depois Da Ditadura.” *Revista de Sociologia E Política* 24 (60). Curitiba: 47–68. <https://doi.org/10.1590/1678-987316246005>.
- Codato, Adriano, Tiemi Lobato, and Andrea Oliveira Castro. 2017. “‘VAMOS LUTAR, PARENTES!’ As Candidaturas Indígenas Nas Eleições de 2014 No Brasil.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (93). São Paulo: e329302. <https://doi.org/10.17666/329302/2017>.

- Coradini, Odaci Luiz. 2010. “Titulação Escolar, Condição De ‘elite’ e Posição Social.” *Revista Brasileira de Educação* 15 (43): 45–69. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100004>.
- . 2012. “Categorias Sócio-Profissionais, Titulação Escolar E Disputas Eleitorais.” *Revista de Sociologia E Política* 20 (41): 109–22. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100008>.
- Costa, Luiz Domingos, and Adriano Codato. 2013. “Profissionalização Ou Popularização Da Classe Política Brasileira? Um Perfil Dos Senadores Da República.” In *Os Eleitos: Representação E Carreiras Políticas Em Democracias*, edited by André Marengo, 107–34. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Costa, Paulo Roberto Neves, Luiz Domingos Costa, and Wellington Nunes. 2014. “Os Senadores-Empresários: Recrutamento, Carreira E Partidos Políticos Dos Empresários No Senado Brasileiro (1986-2010).” *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 14(May). Brasília: 227–53. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141409>.
- Cotta, Maurizio, and Heinrich Best, eds. 2007. *Democratic Representation in Europe: Diversity, Change, and Convergence*. New York: Oxford University Press, USA.
- Eliassen, Kjell A., and Mogens N. Pedersen. 1978. “Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway.” *Comparative Studies in Society and History* 20 (2): 286–318. <http://journals.cambridge.org/production/action/cjoGetFulltext?fulltextid=4409808>.
- Felisbino, Riberti Almeida. 2009. “Políticos Do Brasil: Partidos E Patrimônio Na Câmara Dos Deputados (1995-2002).” *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* 32 (1): 21–30. <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v32i1.7193>.
- Figueiredo, Dalson Britto, Ranulfo Paranhos, José Alexandre da Silva, Enivaldo Carvalho da Rocha, and Dáfni Priscila Alves. 2014. “O Que É, Para Que Serve E Como Se Faz Uma Meta-Análise?” *Teoria E Pesquisa* 23 (2): 205–28. <https://doi.org/10.4322/tp.2014.018>.
- Gaxie, Daniel. 1980. “Les Logiques Du Recrutement Politique.” *Revue Française de Science Politique* 30 (1): 5–45. <https://doi.org/10.3406/rfsp.1980.393877>.
- Glass, Gene V. 1976. “Primary, Secondary, and Meta-Analysis of Research.” *Educational Researcher* 5 (10): 3–8. <https://doi.org/10.3102/0013189X005010003>.
- Grill, Igor Gastal. 2008. “Heranças Políticas, Bases Sociais E Especialização Política No Rio Grande Do Sul.” In *Estudos de Grupos Dirigentes No Rio Grande Do Sul*, edited by Odaci Luiz Coradini, 129–46. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Grill, Igor Gastal. 2006. “‘Elites’, ‘profissionais’ E ‘lideranças’ Na Política: Esboço de Uma Agenda de Pesquisas.” *Ciências Humanas Em Revista* 4 (2): 71–90.

http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2006_2/igor_grill_v4_n2.pdf.

Grill, Igor Gastal, and Eliana Tavares dos Reis. 2012. “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita.” *Revista Pós Ciências Sociais* 9 (17). São Luís (MA): 101–21. <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/982>.

Heiler, Jeison Giovani, João Paulo Saraiva Leão Viana, and Rodrigo Dolandeli dos Santos. 2016. “O Custo Da Política Subnacional: A Forma Como O Dinheiro É Gasto Importa? Relação Entre Receita, Despesas E Sucesso Eleitoral.” *Opinião Pública* 22 (1). Campinas: Universidade Estadual de Campinas: 56–92. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622156>.

Horochovski, Rodrigo Rossi, Ivan Jairo Junckes, Edson Armando Silva, Joseli Maria Silva, and Neilor Fermino Camargo. 2016. “Estruturas de Poder Nas Redes de Financiamento Político Nas Eleições de 2010 No Brasil.” *Opinião Pública* 22 (1): 28–55. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622128>.

Jones, Mark P., Sebastian Saiegh, Pablo T Spiller, and Mariano Tommasi. 2002. “Amateur Legislators -- Professional Politicians: The Consequences of Party-Centered Electoral Rules in a Federal System.” *American Journal of Political Science* 46 (3): 656. <https://doi.org/10.2307/3088406>.

Lacerda, Fabio. 2017. “Evangélicos, Pentecostais E Representação Política Nas Eleições Legislativas No Brasil (1998-2010).” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32 (93). ANPOCS. <https://doi.org/10.17666/329310/2017>.

Leoni, Eduardo, Carlos Pereira, and Lúcio Rennó. 2003. “Estratégias Para Sobreviver Politicamente: Escolhas de Carreiras Na Câmara de Deputados Do Brasil.” *Opinião Pública* 9 (1). Campinas: 44–67. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>.

Llanos, Mariana, and Francisco Sánchez. 2006. “Council of Elders? The Senate and Its Members in the Southern Cone.” *Latin American Research Review* 41 (1): 133–152. <http://www.jstor.org/stable/3662787>.

Lopes, Eduardo, and Cabral Maia. 2006. “Religião E Política : O Fenômeno Evangélico.”

Lorencetti, Mariana Arcos. 2016. “Estudo de Uma Profissão (Da) Política: Os Advogados Na Câmara Dos Deputados (1945-2010).” Curitiba, Brasil: Universidade Federal do Paraná.

Marengo dos Santos, André. 1997. “Nas Fronteiras Do Campo Político. Raposas E Outsiders No Congresso Nacional.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 12 (33). São Paulo: 87–101. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_06.htm.

———. 2000. “Não Se Fazem Mais Oligarquias Como Antigamente: Recrutamento Parlamentar, Experiência Política E Vínculos Partidários Entre Deputados Brasileiros (1946-1998).” Porto Alegre - RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/77818>.

- . 2005. “Still a Traditional Political Class? Patterns of Parliamentary Recruitment in Brazil (1946-2002).” *Canadian Journal of Latin American & Caribbean Studies* 30 (60). Ottawa: 13–40.
<http://www.questia.com/library/1G1-147115024/still-a-traditional-political-class-patterns-of-p>.
- Marengo dos Santos, André, and Miguel Serna. 2007. “Por Que Carreiras Políticas Na Esquerda E Na Direita Não São Iguais? Recrutamento Legislativo Em Brasil, Chile E Uruguai.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 22 (64): 93–113. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000200008>.
- Mayhew, David R. 1974. *Congress: The Electoral Connection*. New Haven: Yale University Press.
- Messenberg, Débora. 2013. “Producción Legislativa Y Representaciones Políticas de La Élite Parlamentaria Brasileña.” *Estudios Sociológicos* 31 (93): 823–64.
- Miguel, Luis Felipe, and Flávia Biroli. 2010. “Práticas de Gênero E Carreiras Políticas: Vertentes Explicativas.” *Estudos Feministas* 18 (3): 653–79. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>.
- Miguel, Luis Felipe, Danusa Marques, and Carlos Machado. 2015. “Capital Familiar E Carreira Política No Brasil: Gênero, Partido E Região Nas Trajetórias Para a Câmara Dos Deputados.” *Dados* 58 (3). Rio de Janeiro: 721–47. <https://doi.org/10.1590/00115258201557>.
- Miguel, Luis Felipe, and Cristina Monteiro de Queiroz. 2006. “Diferenças Regionais E O Êxito Relativo de Mulheres Em Eleições Municipais No Brasil.” *Revista Estudos Feministas* 14 (2). Florianópolis: 363–85. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2006000200003>.
- Mucinhato, Rafael Moreira Dardaqui. 2014. “Quem São Os Deputados Brasileiros? Um Balanço Do Perfil Biográfico de 1986 a 2012.” In *O Congresso Nacional, Os Partidos Políticos E O Sistema de Integridade: Representação, Participação E Controle Interinstitucional No Brasil Contemporâneo*, edited by José Álvaro Moisés, 61–88. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- Neiva, Pedro, and Maurício Izumi. 2012. “Os ‘doutores’ da Federação: Formação Acadêmica Dos Senadores Brasileiros E Variáveis Associadas.” *Revista de Sociologia E Política* 20 (41): 171–92. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100011>.
- . 2014. “Perfil Profissional E Distribuição Regional Dos Senadores Brasileiros Em Dois Séculos de História.” *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29 (84). São Paulo: 165–88. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100011>.
- Oliveira, Mayla Di Martino Ferreira. 2009. “A Política Como Profissão: Uma Análise Da Circulação Parlamentar Na Câmara Dos Deputados (1946-2007).” São Paulo, Brasil: Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2009.tde-02122009-091931>.

- Pereira, Carlos, and Lucio Rennó. 2001. "O Que É Que O Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais E Nacionais Nas Eleições de 1998 Para a Câmara Dos Deputados." *Dados* 44 (2). Rio de Janeiro: 133–72. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582001000200004>.
- . 2007. "O Que É Que O Reeleito Tem? O Retorno: O Esboço de Uma Teoria Da Reeleição No Brasil." *Revista de Economia Política* 27 (4). São Paulo: 664–83. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400010>.
- . 2013. "Should I Stay or Should I Go? Explaining Political Ambition by Electoral Success." *Journal of Politics in Latin America* 5 (3): 73–95.
- Perissinotto, Renato Monseff, and Bruno Bolognesi. 2010. "Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006)." *Brazilian Political Science Review* 4 (1): 10–32. http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?pid=S1981-38212010000100001&script=sci_arttext&tlng=es.
- Pinheiro, Luana Simões. 2007. "Vozes Femininas Na Política: Uma Análise Sobre Mulheres Parlamentares No Pós-Constituinte." Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. <http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/vozes-femininas.pdf>.
- Polsby, Nelson W. 1968. "The Institutionalization of the U.S. House of Representatives." *The American Political Science Review* 62 (1): 144–68. <https://doi.org/10.1017/S0003055406382561>.
- Prandi, Reginaldo, and Renan William dos Santos. 2017. "Quem Tem Medo Da Bancada Evangélica? Posições Sobre Moralidade E Política No Eleitorado Brasileiro, No Congresso Nacional E Na Frente Parlamentar Evangélica Reginaldo." *Tempo Social* 29 (2): 187–214. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.110052>.
- Putnam, Robert D. 1976. *The Comparative Study of Political Elites*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Reis, Eliana Tavares dos, and Igor Gastal Grill. 2015. "Trajetórias de Multinotabilidades: Reconfigurações Históricas E Condicionantes Sociais Das Inscrições Políticas E Culturais de Parlamentares Brasileiros." *Dados* 58 (2). Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ): 331–69. <https://doi.org/10.1590/00115258201546>.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 2002a. *Partidos, Ideologia E Composição Social: Um Estudo Das Bancadas Partidárias Na Câmara Dos Deputados*. São Paulo: Edusp.
- . 2002b. "Partidos, Ideologia E Composição Social." *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 17 (48). São Paulo: 31–47. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>.
- . 2006. *Mudanças Na Classe Política Brasileira*. São Paulo: PubliFolha.

- . 2014. *Pobres E Ricos Na Luta Pelo Poder: Novas Elites Na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Sacchet, Teresa, and Bruno Speck. 2012. “Dinheiro E Sexo Na Política Brasileira: Financiamento de Campanha E Desempenho Eleitoral Em Cargos Legislativos.” In *Mulheres Nas Eleições de 2010*, edited by José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto, and Fátima Jordão, 417–52. São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política.
- Samuels, David. 2003. *Ambition, Federalism and Legislative Politics in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Santos, Fabiano. 2000. “Deputados Federais E Instituições Legislativas No Brasil: 1946-99.” In *Elites Políticas E Econômicas No Brasil Contemporâneo*, edited by Renato Boschi, Eli Diniz, and Fabiano Santos, 89–117. São Paulo: Fundação Konder-Adenauer.
- Santos, Fabiano, Simone Cuber Araujo, and Carolina de Paula. 2016. “Padrões de Carreira Parlamentar Em Democracias Federativas: Os Deputados Federais ‘prefeitáveis’ No Brasil (1990-2014).” Rio de Janeiro: NECON/IESP.
- Santos, Fabiano, and Fabiano Pegurier. 2011. “Political Careers in Brazil: Long-Term Trends and Cross-Sectional Variation.” *Regional & Federal Studies* 21 (2): 165–83.
<https://doi.org/10.1080/13597566.2011.529759>.
- Sartori, Giovanni. 1969. “From the Sociology of Politics to Political Sociology.” Edited by Seymour Martin Lipset. *Government and Opposition* 4 (2). Oxford: Oxford University Press: 195–214.
<https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.1969.tb00173.x>.
- Schlesinger, Joseph A. 1966. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States*. Chicago: Rand McNally.
<http://www.citeulike.org/group/582/article/369704>.
- Searing, Donald D. 1994. *Westminster's World: Understanding Political Roles*. Cambridge: Harvard University Press. <http://www.amazon.com/Westminsters-World-Understanding-Political-Roles/dp/0674950720>.
- Seidl, Ernesto. 2013. “De Onde Vêm Os Representantes de Sergipe: Notas Sobre a Política Em Pequena Escala.” In *Os Eleitos: Representação E Carreiras Políticas Em Democracias*, edited by André Marengo, 171–88. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Seidl, Ernesto, and Igor Gastal Grill. 2013a. “A Política Como Objeto de Estudo Das Ciências Sociais.” In *As Ciências Sociais E Os Espaços Da Política No Brasil*, edited by Ernesto Seidl and Igor Gastal Grill, 7–20. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- . , eds. 2013b. *As Ciências Sociais E Os Espaços Da Política No Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV.
- Silva, Bruno Fernando da, and Emerson Urizzi Cervi. 2017. “Padrões de Financiamento Eleitoral No Brasil:

As Receitas de Postulantes À Câmara Dos Deputados Em 2010 E 2014.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 23(August). Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política: 75–110.
<https://doi.org/10.1590/0103-335220172303>.

Simoni Junior, Sergio, Rafael Moreira Dardaqui, and Lucas Mingardi. 2016. “A Elite Parlamentar Brasileira de 1995 a 2010: Até Que Ponto Vai a Popularização Da Classe Política?” *Colombia Internacional*, no. 87(May). Bogotá: 109–43. <https://doi.org/10.7440/colombiaint87.2016.05>.

Speck, Bruno Wilhelm, and Wagner Pralon Mancuso. 2014. “A Study on the Impact of Campaign Finance, Political Capital and Gender on Electoral Performance.” *Brazilian Political Science Review* 8 (1). São Paulo: 34–57. <https://doi.org/10.1590/1981-38212014000100002>.

Speck, Bruno Wilhelm, and João Luiz Pereira Marciano. 2015. “O Perfil Da Câmara Dos Deputados Pela Ótica Do Financiamento Privado Das Campanhas.” In *Legislativo Pós-1988. Reflexões E Perspectivas*, edited by André Sathler and Ricardo Braga, 267–92. Brasília: Camara dos Deputados: Edições Câmara.

Speck, Bruno Wilhelm, and Teresa Sacchet. 2010. “Patrimônio, Instrução E Ocupação Dos Candidatos: Uma Análise Das Candidaturas de Mulheres E Homens Nas Eleições Gerais de 2010 No Brasil.” In *As Mulheres Nas Eleições 2010*, edited by José Eustáquio Diniz Alves, Céli Regina Jardim Pinto, and Fátima Pacheco Jordão, 167–206. Rio de Janeiro; Brasília: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República.

Sternberg, Robert J. 1991. “Editorial.” *Psychological Bulletin* 109 (1): 3–4. <https://doi.org/10.1037/h0092473>.

Unzué, Martín. 2012. “A Universidade Na Trajetória Dos Parlamentares Brasileiros.” *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 8. Brasília: 13–46. <http://www.red.unb.br/index.php/rbcp/article/view/7347>.

Weber, Max. 1994. “The Profession and Vocation of Politics.” In *Weber: Political Writings*, edited by Peter Lassman and Ronald Speirs, 309–69. Cambridge: Cambridge University Press.

Webster, Jane, and Richard T Watson. 2002. “Analyzing the Past to Prepare for the Future: Writing a Literature Review.” *MIS Quarterly* 26 (2): xiii–xxiii. <https://doi.org/10.2307/4132319>.

Notas

¹ A orientação de Sternberg parece bastante apropriada: “Literature reviews are often frustrating because they offer neither a point of view nor a take-home message. One is left with a somewhat undigested scattering of facts but little with which to put them together. I encourage authors to take a point of view based on theory and to offer readers a take-home message that integrates the review. Reviews that are theory-based need not be biased: They can still be comprehensive, balanced, and fair. But to be lively and maintain reader interest, they need to make a point, not simply to summarize all the points everyone else has made” (Sternberg 1991, 3).

² Conforme Gaxie, “a representação parlamentar fornece uma imagem invertida da estrutura social” (Gaxie 1980). Segundo uma espécie de *lei geral do recrutamento político*, quanto maior o número de indivíduos pertencentes a determinada categoria profissional,

menor será, em termos proporcionais, sua representação na esfera político-institucional. Para uma defesa da noção de campo político e seu ajuste para compreender o recrutamento político, ver Miguel e Biroli (2010).

³ Coradini ilustra bem essa ideia de múltiplas causas sem hierarquia entre elas: “as possibilidades de candidatura e mais ainda, as chances eleitorais estão diretamente associadas com recursos de posição social, como a condição ocupacional declarada e a titulação escolar e o carisma de função obtido pela ocupação prévia de cargos públicos, esses mesmos recursos estão fortemente relacionados com o montante dos investimentos nas campanhas e com os resultados eleitorais” (Coradini 2012, 111). De fato, dificilmente qualquer retrato da classe política brasileira, em qualquer período histórico, região ou posição permitiria desautorizar a afirmação acima.

⁴ Leôncio Martins Rodrigues constatou, para o Brasil, uma notável regularidade entre o partido político ao qual um determinado deputado federal estava filiado, a orientação ideológica da sua organização e o meio social de origem dos eleitos para a Câmara Federal em 1998. Partidos de esquerda (PT, PDT) teriam em suas bancadas mais professores e jornalistas, partidos de centro (PMDB, PSDB), mais profissionais liberais e partidos de direita (PFL/DEM, PPB/PP), mais empresários (Rodrigues 2002b).

⁵ Bolognesi, Costa e Codato (2016) mostraram que, entre 1998 e 2014, deputados oriundos de profissões como trabalhadores manuais, operários qualificados, trabalhadores do setor de serviços, profissionais de nível médio, etc. foram diminuindo progressivamente, mesmo no PT. Para um trabalho que vincule tipos de profissões de baixo status social e processos de seleção de candidatos, ver Bolognesi e Costa (2015).

⁶ Há pesquisas sobre candidatos, mas, nesse caso, praticamente a única variável investigada é financiamento de campanhas eleitorais. Ver (Horochovski et al. 2016; Silva and Cervi 2017; Sacchet and Speck 2012; Heiler, Viana, and Santos 2016), entre outros.

⁷ O trabalho de Marengo dos Santos e Serna (2007) ocupa um papel importante para começar a preencher essa lacuna. Ao comparar carreiras políticas dos legisladores em três países (Brasil, Chile e Uruguai), verificam há um padrão comum quando se contrasta a carreira dos políticos dos partidos de esquerda com os de direita. Parlamentares que se elegem por partidos de esquerda apresentam perfil social próximo às classes médias e aos estratos médios-baixos, com poucos recursos eleitorais próprios (dinheiro, redes sociais e capital familiar). Isso faz com que dependam em larga medida do capital eleitoral da organização. Na direita, ao contrário, encontra-se um perfil social mais tradicional, melhores condições socioeconômicas e mais recursos pessoais. Eles podem, por isso, serem mais independentes dos ativos partidários para chegar a postos políticos mais altos.